

**PET no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.190.600 - SP
(2017/0272928-0)**

RELATOR : MINISTRO MARCO BUZZI
REQUERENTE : WAGNER LUCAS RODRIGUES DE MACEDO
ADVOGADO : WAGNER LUCAS RODRIGUES DE MACEDO - SP332346
REQUERIDO : OSWALDO GARCIA VALLENSUELA
ADVOGADOS : MARCELLO CARUSO GARCIA VALLENSUELA - SP234742
MARCIA REGINA CARUSO GARCIA - SP125926

DECISÃO

Cuida-se de pedido formulado por WAGNER LUCAS RODRIGUES DE MACEDO visando à concessão de efeito suspensivo ao agravo interno por ele interposto em desafio à decisão singular da lavra deste relator, na qual foi negado provimento ao agravo (art. 1.042 do CPC/15) em virtude da inadmissibilidade do recurso especial manejado pelo ora requerente.

Às fls. 307-311 e-STJ, o peticionário relembrou os principais pontos da demanda e alertou que a parte adversa requereu o início do cumprimento provisório de sentença, o que configuraria ofensa à boa-fé processual.

Pontuou estarem presentes os requisitos ensejadores da concessão de tutela provisória de urgência, afirmando, de modo não específico, tratar-se de "não só de contrariedade à legislação federal por parte das instâncias ordinárias como de verdadeira injustiça" (fl. 309 e-STJ) e ponderou não ter à sua disposição a quantia executada.

Pedido renovado às fls. 314-316 e-STJ, oportunidade em que a parte requereu, ainda, intimação da pauta julgamentos do plenário virtual da Quarta Turma.

É o relatório do necessário. Decide-se

O pedido não comporta deferimento.

1. Acerca da tutela provisória, assim determina o artigo 300 do CPC/15: "*A tutela de urgência será concedida quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo. [...]*".

Portanto, para a atribuição do efeito suspensivo aos recursos por meio de tutela de urgência, faz-se necessária a presença concomitante dos requisitos do *fumus boni iuris* e *periculum in mora*: o primeiro relativo à plausibilidade da pretensão recursal veiculada no apelo (sua probabilidade de êxito) e o segundo consubstanciado no risco de dano irreparável que, em uma análise objetiva, revele-se concreto e real.

Na hipótese em apreço, o referido pleito sequer apresenta fundamentação suficiente no sentido de demonstrar a existência dos pressupostos legais autorizadores da concessão da medida, seja porque não defende a plausibilidade de reversão da decisão monocrática proferida no âmbito desta Corte Superior, seja porque não indica perigo concreto de dano, limitando-se a expor seu inconformismo com o início do cumprimento provisório de sentença, o que, no entender deste Sodalício, via de regra, não configura *periculum in mora* para fins de concessão de efeito suspensivo a recurso especial (AgInt na PET no AREsp 1057682/SP, Rel. Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO, TERCEIRA TURMA, DJe 19/10/2017; AgRg na MC 25.558/RJ, Rel. Ministro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, DJe 31/03/2016; AgRg na MC 18.414/RJ, Rel. Ministro SIDNEI BENETI, TERCEIRA TURMA, DJe 05/10/2011.)

Superior Tribunal de Justiça

Quanto à data de julgamento do agravo interno, verifica-se à fl. 318 e-STJ ter sido transferido da sessão física de 19/03/2020 para a sessão virtual com início em 24/03/2020.

2. Do exposto, não conheço do pedido de efeito suspensivo ante a deficiência de fundamentação.

Publique-se. Intime-se.

Brasília (DF), 23 de março de 2020.

MINISTRO MARCO BUZZI

Relator